Morfemas avaliativos à luz do estatuto morfossintático dos diminutivos

Evaluative morphemes in light of the morphosyntactic status of diminutives

Marcela Nunes Costa[1]

marcelancosta@usp.br

RESUMO: Este trabalho propõe uma análise morfossintática para o morfema de diminutivo **-inh-** do português em oposição às propostas que o analisam como a realização de um morfema ou traço avaliativo. Partindo do arcabouço teórico da Morfologia Distribuída (Halle; Marantz, 1993), defendo que a proposição de núcleos semânticos/pragmáticos na Sintaxe para a sinalização de como as interfaces devem interpretar a estrutura sintática não deve ser mantida, uma vez que a Sintaxe lida apenas com informações gramaticalmente relevantes. Morfemas avaliativos não impõem concordância ou quaisquer mudanças formais às estruturas às quais são concatenados e sua interpretação avaliativa não é sintaticamente relevante. Demonstro que a assunção de que morfemas derivacionais são a realização de núcleos funcionais (Marantz, 2001) é plausível, ainda que seja necessária a flexibilização da noção de núcleo. Relacionado a isso, proponho a consideração da hipótese de que um único morfema pode se realizar fonologicamente como mais de um núcleo sintático, de modo que a flexibilidade categorial dos diminutivos do português e de outras línguas não descaracteriza o estatuto de núcleo desses morfemas. Assim, uma vez que **-inh-** não impõe seus próprios traços formais, proponho que ele seja a realização de um núcleo defectivo, o qual herda traços do núcleo que categoriza a raiz. Por meio dessas discussões, busco explicitar que um tratamento morfossintático para o morfema **-inh-** explica melhor seu funcionamento do que uma análise em que as diferentes leituras pragmáticas que ele pode adquirir sejam dependentes de sua estrutura sintática.
PALAVRAS-CHAVE: morfologia avaliativa; diminutivos; morfossintaxe; núcleo avaliativo.

ABSTRACT: This work proposes a morphosyntactic analysis of the diminutive morpheme **-inh-** in Portuguese, in opposition to proposals that analyze it as the realization of an evaluative morpheme or feature. Based on the theoretical framework of Distributed Morphology (Halle; Marantz, 1993), I argue that the proposition of semantic/pragmatic heads in Syntax to signal how the interfaces should interpret the syntactic structure should not be maintained, since Syntax only deals with grammatically relevant information. Evaluative morphemes do not impose agreement or any formal changes to the structures they are merged with, and the evaluative interpretation is not syntactically relevant. I demonstrate that the assumption that derivational morphemes are the realization of functional heads (Marantz, 2001) is plausible, although a more flexible notion of heads is necessary. Related to this, I propose considering the hypothesis that a single morpheme can be phonologically realized as more than one syntactic head, so that the categorial flexibility of diminutives in Portuguese and other languages does not detract from the status of these morphemes as heads. Thus, since **-inh-** does not impose its own formal features, I propose that it is the realization of a defective head which inherits features from the head that gives category to the root. Through these discussions, I seek to explain that a morphosyntactic treatment of the morpheme **-inh-** better explains its functioning than an analysis in which the different pragmatic readings it can acquire are dependent on its syntactic structure.
KEYWORDS: evaluative morphology; diminutives; morphosyntax; evaluative head.

[1] Doutoranda; Universidade de São Paulo – USP. Bolsista FAPESP (processo nº 2023/13132-4).

Introdução

Os diminutivos do português brasileiro (doravante, PB) representam um problema de classificação morfossintática, especialmente quando suas possibilidades de interpretação são levadas em consideração. Um exemplo desse problema, inserido no modelo teórico da Morfologia Distribuída (Halle; Marantz, 1993; Embick; Noyer, 2007), o qual utilizo neste trabalho, é a proposta de tratar morfemas que apresentam leituras avaliativas como núcleos propriamente avaliativos (Eval) na derivação sintática (Scher, 2018; Scher; Marangoni Jr., 2020), os quais podem ter consequências para a interpretação tanto na interface fonológica quanto na interface semântica.

A questão que busco responder neste trabalho é a seguinte: qual é a vantagem de assumirmos núcleos avaliativos na Sintaxe?[2] Por meio desse questionamento, mostro que, apesar de ser uma proposta relevante e que tem levado a conclusões interessantes em trabalhos recentes, o modelo atual da Morfologia Distribuída tem caminhado em direção a uma separação entre o que é estritamente relevante para a Sintaxe e o que é relevante apenas para as interfaces. Nesse sentido, utilizo o diminutivo -**inh**- do PB como um ponto de instabilidade, apresentando uma proposta de tratamento para o estatuto morfossintático desse morfema. A partir dela, defendo que considerá-lo um morfema avaliativo na forma de um núcleo Eval não o descreve em sua totalidade e não o torna relevante para a Sintaxe.

O trabalho está organizado da seguinte forma: a seção 1 apresenta a literatura relevante para a discussão do estatuto morfossintático do diminutivo -**inh**- do PB e uma análise desse morfema; a seção 2 apresenta algumas das discussões que levaram à postulação de um morfema avaliativo (Eval) na literatura; a seção 3 mostra como uma proposta semelhante não explica a contento o funcionamento do diminutivo do PB e caminha contra a tendência do modelo da Morfologia Distribuída de estabelecer uma divisão entre o que são informações sintaticamente relevantes e o que são informações relevantes apenas para a interpretação nas interfaces; a seção 4 sintetiza as discussões, indica questões residuais e conclui o artigo.

[2] Ao grafar Sintaxe em inicial maiúscula, me refiro ao componente gerativo da Morfologia Distribuída.

1. O estatuto morfossintático do diminutivo

Dois dos trabalhos consagrados como precursores dos estudos da morfologia avaliativa são as propostas de Scalise (1988) e Stump (1993). Para o primeiro autor, uma vez que a morfologia avaliativa do italiano apresenta características tanto de processos flexionais quanto de processos derivacionais, ela deve ser enquadrada como um terceiro tipo de processo, o qual é independente dos outros dois. No italiano, morfemas avaliativos se comportam da seguinte forma:

(1) Características dos morfemas avaliativos do italiano segundo Scalise (1988)[3]

a. Mudam a semântica da base: **boneca** > **bonequinha** 'boneca pequena'/leitura afetiva;
b. Permitem a aplicação de mais de uma regra do mesmo tipo, o que resulta em uma palavra existente: **livro** > **livr-et-inho**;
c. São sempre externos em relação à morfologia derivacional, mas internos em relação à morfologia flexional: **pianistas** > **pian-ist-inha-s**;
d. Permitem a reaplicação da mesma regra em ciclos adjacentes: **cachorro** > **cachorr-inho-zinho**;
e. Não mudam a categoria sintática da base à qual se concatenam: **bonito$_{a}$** > **bonit-inho$_{a}$**;
f. Não mudam os traços sintáticos ou a subcategorização da base: **gato$_{M}$** > **gat-inho$_{M}$**.

Apesar de essas características ressoarem com a descrição dos dados do PB, como demonstrado por meio dos exemplos acima, elas não são universais. Körtvélyessy (2015) apresenta línguas que não se conformam à descrição de Scalise (1988): em supyre (Níger-Congo), a morfologia avaliativa é parte da morfologia flexional; em passamaquoddy (Algic), a ordem quase universal de a morfologia derivacional ser mais interna em relação à flexional não é encontrada, e o diminutivo pode ser formado a partir de formas já flexionadas.

[3] As vogais temáticas dos nomes diminutivos do PB utilizados nos exemplos ao longo de todo o artigo não são separadas do morfema de diminutivo por uma escolha de análise. Adoto a proposta de Kramer (2015) de que vogais temáticas são pós-sintaticamente inseridas como nós temáticos em núcleos nominais, portanto, não são a realização de um núcleo de gênero na projeção estendida dos nomes na Sintaxe (ver Armelin (2015) para uma proposta diferente).

Stump (1993) se opõe à caracterização proposta em Scalise (1988) com base principalmente em argumentos sobre a falseabilidade da afirmação de que morfemas avaliativos são externos em relação à morfologia derivacional e internos em relação à morfologia flexional. O autor utiliza a formação de diminutivos plurais em várias línguas, entre elas o PB, para demonstrar que não é raro encontrar casos que contradizem a generalização em (1)c. Os exemplos do PB mostram que é possível encontrar evidências da marcação de plural tanto antes quanto depois do morfema diminutivo.

Nos exemplos em (2), o plural é realizado antes do diminutivo por meio de diferentes alomorfes: **-is**, **-ões** e **-es**. Depois do diminutivo, o plural se realiza na forma default, **-s**. Nesses casos, a realização do morfema de plural desencadeia a alomorfia do próprio morfema de diminutivo: [inh] se realiza como [zinh] (Villalva, 2000; Bisol, 2010).

(2) Formação de diminutivos plurais

a.	animal	anima-is	anima-i-zinho-s
b.	botão	bot-ões	bot-õe-zinho-s
c.	olhar	olhar-es	olhar-e-zinho-s

Também não é o caso de que a morfologia avaliativa é sempre externa em relação aos morfemas derivacionais. Há pelo menos um exemplo no PB, em adição aos exemplos do espanhol citados em Stump (1993), em que essa ordem é quebrada. Com base nos exemplos em (2) e (3), a generalização em (1)(1)c, para o italiano, não se estende para todos os dados do PB ou do espanhol.

(3) Formação de diminutivos interna a morfemas derivacionais (PB e espanhol)

a.	pássaro	passar-inho	passarinheiro
b.	bandera	bander-illa	banderillero
	‘bandeira’	‘bandeirinha’	‘banderinheiro’
c.	campana	campan-illa	campanillero
	‘sino’	‘sininho’	‘sininheiro’

Baseado em regras de formação de palavras, Stump (1993) argumenta em prol de uma análise em que os morfemas avaliativos compartilham propriedades com um

conjunto de regras de preservação de categoria, contra a proposta de um terceiro componente de regras para a formação de palavras de Scalise (1988). O autor propõe uma tipologia de regras que se baseia na distinção entre raízes e palavras:

> Dados esses dois conceitos fundamentais, as regras morfolexicais de uma língua podem ser classificadas de acordo com o tipo de relação que estabelecem com raízes e palavras daquela língua (Stump, 1993: 18 – tradução minha).[4]

No caso dos morfemas avaliativos, a proposta do autor mostra que, ao contrário do que os critérios de Scalise (1988) indicam para o italiano, ainda que alguns traços morfossintáticos da base sejam mantidos, nem todos eles permanecem os mesmos nas formas avaliativas. Por exemplo, nos dados da língua tigré (falada em Tigré, na Etiópia) apresentados pelo autor, os sufixos que mantêm o gênero da base da qual derivam têm interpretação diminutiva, enquanto os que alteram o gênero da base recebem uma leitura pejorativa. Os sufixos **-(et)at** e **-(et)am** (ver exemplos (4)c,(4)d) impõem gênero feminino e masculino, respectivamente, nas formas por eles derivadas, mas preservam o número da base.

(4) Diminutivos e pejorativos para 'homem' e 'mulher' em tigré (Stump, 1993: 11)

	Singulativo	Diminutivo sing.	Pejorativo sing.
a.	ʾənas 'homem' (masc.)	ʾənesay (masc.)	ʾənesät (fem.)
b.	ʾəssit 'mulher' (fem.)	ʾəssität (fem.)	ʾəssitay (masc.)
	Plural	Diminutivo pl.	Pejorativo pl.
c.	säb 'homem' (masc.)	säb**etam** (masc.)	säb**etat** (fem.)
d.	ʾänəs 'mulher' (fem.)	ʾəns**etat** (fem.)	ʾənse**tam** (masc.)

Com base em dados como os apresentados em (4), Stump (1993) propõe alterações às características descritas por Scalise (1988). Ao invés de tratá-las como características dos afixos avaliativos, o autor as trata como regras avaliativas.

[4] No original: "Given these two fundamental concepts, a language's morpholexical rules can be classified according to the kind of relation they establish among roots and words in that language" (Stump, 1993: 18).

(5) Seis propriedades de regras avaliativas (Stump, 1993: 12)

a. Mudam a semântica da base;
b. Duas ou mais dessas regras podem ser aplicadas em seguida e a cada uma dessas aplicações o resultado é uma palavra ou raiz existente;
c. Regras avaliativas podem ser aplicadas antes ou depois tanto de regras derivacionais quanto de regras flexionais;
d. Até certo limite, a mesma regra pode ser aplicada a ciclos adjacentes;
e. Elas não mudam a categoria sintática da base à qual se concatenam;
f. Apesar de as regras por definição preservarem pelo menos algumas das especificações dos traços morfossintáticos da base, elas não necessariamente preservam todos eles.

Desde as discussões desses dois trabalhos, a categoria morfossintática dos diminutivos de diversas línguas tem sido debatida com base em critérios parecidos com os de (1) e com as regras de (5). Por exemplo, Marantz (2001) propõe que, para a Morfologia Distribuída, afixos derivacionais são a realização de núcleos funcionais, os quais conferem categoria às estruturas às quais são concatenados. Nessa perspectiva, cada nova camada categorial representa o fechamento de uma fase na formação de palavras e a informação interna a essa fase pode ser interpretada nas interfaces. O primeiro núcleo categorizador (n, v, a), além disso, é uma barreira para a interpretação idiossincrática: o significado é negociado internamente à primeira fase, entre a raiz e o núcleo categorizador, que será realizado fonológica e semanticamente como um afixo.

Uma vez que o modelo não adere à divisão entre afixos flexionais e derivacionais, pois prevê que as relações pertinentes são sintaticamente mediadas, as regras propostas por Stump (1993) não podem ser simplesmente adotadas sem que adequações teóricas sejam implementadas. Por exemplo, uma vez que a Morfologia Distribuída adota uma definição abstrata de morfemas, a realização de diminutivos deve se dar em função das relações que os traços morfossintáticos de um núcleo funcional estabelecem com a estrutura à qual se concatena. Nesse sentido, o debate que modelos sintáticos para a formação de palavras têm feito se relaciona ao fato de que as informações semânticas e pragmáticas relacionadas à morfologia avaliativa não têm estatuto de primitivo, uma vez que essas informações, assim como a realização

fonológica de terminais sintáticos, ficam a cargo das interfaces.[5] Por causa disso, discutir as propriedades morfossintáticas de morfemas como os diminutivos não é tarefa fácil, principalmente quando a análise leva em consideração a interpretação semântica/pragmática desses morfemas.

Algumas propostas podem ser citadas para a discussão dessa empreitada. A primeira delas é a de Wiltschko e Steriopolo (2007), a qual desenvolve uma análise dos diminutivos do alemão, do halkomelem (língua falada por povos indígenas da Colúmbia Britânica, no Canadá, e de Washington, nos Estados Unidos) e do russo em termos de estatuto e de lugar de concatenação/modificação dos diminutivos na estrutura sintática.

As autoras seguem critérios bastante parecidos com os de Scalise (1988) para a determinação do estatuto morfossintático dos diminutivos, como a mudança e/ou imposição da categoria ou de propriedades formais, como gênero e número, em comparação com as formas não diminutivas. Uma vez que os diminutivos do alemão parecem determinar o gênero gramatical dos nomes resultantes (cf. (6)), licenciar leitura contável a partir de nomes massivos e se realizar interiormente à morfologia flexional de número, as autoras propõem que sejam tratados como núcleos.

(6) Diminutivos do alemão (Wiltschko; Steriopolo, 2007: 2)

a. Masculino → neutro

der	Baum	das	Bäum-chen
DET.masc	árvore	DET.neut	árvore-DIM
‘árvore’		‘pequena árvore (fofa)’	

b. Feminino → neutro

die	Flasche	das	Fläsch-chen
DET.fem	garrafa	DET.neut	garrafa-DIM
‘garrafa		‘pequena garrafa (fofa)’	

As formas diminutivas do halkomelem, por outro lado, não têm propriedades formais distintas das não diminutivas, e podem pertencer a diferentes categorias, como nomes, verbos e adjetivos (cf. (7)). Além disso, esses morfemas podem ser internos em relação à morfologia derivacional, diferentemente dos dados do italiano, por exemplo.

[5] Ver Embick (2010), Benz (2025) e Marantz e Myler (a sair) sobre o assunto.

Por esses motivos, as autoras atribuem o estatuto de modificador ao elemento realizado pela forma diminutiva.

(7) Diminutivos do halkomelem (Wiltschko; Steriopolo, 2007: 3)

a. N → N

q'á:mi	q'á-q'emi
menina	*DIM-menina*
'menina'	'menina pequena'

b. V → V

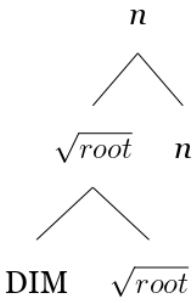
lhí:m	lhi-lhi:m
escolhendo	*DIM-escolhendo*
'escolhendo'	'escolhendo um pouco'

c. A → A

p'eq'	p'í-p'eq'
branco	*DIM-branco*
'branco'	'um pouco branco'

Segundo as autoras, a diferença entre os diminutivos do alemão e do halkomelem se dá não apenas em função do estatuto morfossintático de núcleo, no primeiro caso, e de modificador, no segundo caso. A diferença de lugar ou forma de combinação é importante para estabelecer tanto a interação com propriedades formais quanto a linearização desses morfemas em relação à morfologia derivacional e flexional. Nesse sentido, a proposta é a de que o diminutivo do alemão é concatenado acima da primeira categorização nominal, pois forma apenas nomes e define propriedades formais, enquanto o do halkomelem se adjunge diretamente à raiz, uma vez que não muda propriedades formais, não atribui categoria e aparece internamente à morfologia derivacional. Uma vez que o morfema é adjungido à raiz, um núcleo categorizador é responsável por definir as propriedades formais e a categoria da formação.

(8) Diminutivo do halkomelem (adaptado de Wiltschko e Steriopolo, 2007: 5)



Sobre essa última proposta, um fato interessante para a discussão desenvolvida nesse trabalho é a assunção de categorização (Embick; Noyer, 2007). Segundo esse critério, raízes devem ser categorizadas para que sejam relevantes para a Sintaxe e para a interpretação nas interfaces. Nesse sentido, raízes são sintaticamente inertes, o que significa que não podem ser sintaticamente projetadas, assim como não podem ser utilizadas como rótulos de adjunção. No caso da proposta de Wiltschko e Steriopolo (2007), uma vez que a raiz ainda não foi categorizada quando o diminutivo é adjungido, e por isso ainda não tem relevância sintática, o rótulo da adjunção não é previsível, apesar de a própria raiz ser o rótulo da adjunção na proposta das autoras. Assim, é necessário cautela na adoção dessa análise.

Os dados do russo, por outro lado, apresentam um comportamento mais complexo, uma vez que podem exibir formas diminutivas com propriedades formais distintas ou idênticas às das formas não diminutivas; ou seja, pelos critérios de Wiltschko e Steriopolo (2007), alguns se comportam como núcleos e outros como modificadores. Os morfemas **-ug** e **-an**[6] impõem informação de gênero gramatical à formação: o primeiro impõe o gênero feminino aos nomes geralmente masculinos e o segundo impõe o gênero masculino aos nomes geralmente femininos. Além disso, esses morfemas também alteram a classe de declinação dos nomes, como mostram os exemplos em (9).

[6] Pelos exemplos, **-ug** e **-an** parecem ser aumentativos, não diminutivos. No entanto, eles se comportam como os diminutivos, motivo pelo qual mantive os exemplos dados pelas autoras.

(9) Morfemas avaliativos do russo (Wiltschko; Steriopolo, 2007: 7)

a. Masculino (classe I) → feminino (classe II)

zv'ér'	zv'er'-**úg**-a
*animal.**masc***	*animal-DIM-**fem***
'animal'	'animal grande'

b. Feminino (classe II) → masculino (classe I)

gub-á	gub-**án**
*lábio-**fem***	*lábio-DIM.**masc***
'lábio'	'pessoa de lábios grandes'

c. Masculino (classe I) = masculino (classe I)

zv'ér'	zv'ér'-**ók/íšč'**-e
*animal.**masc***	*animal-DIM/DIM-**masc***
'animal'	'animal pequeno/grande'

d. Feminino (classe II) = feminino (classe II)

gub-á	gúb-**k/íšč'**-a
*lábio-**fem***	*lip-DIM/DIM-**fem***
'lábio'	'lábio pequeno/grande'

No entanto, outros morfemas de diminutivo como **-ok** e **-išč'** não impõem gênero gramatical ou classe de declinação aos nomes. Assim, dentro de uma mesma língua, o comportamento dos morfemas avaliativos pode variar. A partir dos exemplos, as autoras atribuem o estatuto de núcleos aos morfemas **-ug** e **-an** e o estatuto de modificadores aos morfemas **-ok** e **-išč'**.

Como nos casos dos morfemas do alemão e do halkomelem, as autoras explicam as diferenças entre os morfemas do russo em termos de estatuto e de lugar de concatenação. Uma vez que os núcleos **-ug** e **-an** são formadores de nomes, as autoras consideram que eles se concatenam diretamente às raízes e as categorizam. Nesse caso, como nos exemplos apresentados não há morfologia explícita que identifique uma camada verbal ou adjetival previamente à concatenação do diminutivo, a aparente mudança de categoria se dá a partir da observação de que as raízes em questão são normalmente encontradas em ambientes verbais ou adjetivais.[7]

[7] Como dito anteriormente, no modelo sintático para a formação de palavras como a Morfologia Distribuída, raízes são acategoriais, o que significa que o **merge** entre uma raiz e um categorizador é responsável por definir sua categoria e torná-la visível para a Sintaxe. Nesse sentido, todas as raízes

Por outro lado, **-ok** e **-išč'** são adjungidos a uma raiz já categorizada por um núcleo nominal, de forma que, como modificadores, não impõem mudanças de categoria ou de qualquer propriedade formal. Desse modo, as autoras associam a aparente restrição desses morfemas a ambientes nominais à impossibilidade de mudança de categoria devido ao estatuto de modificadores.

A partir dessas análises, Wiltschko e Steriopolo (2007) sugerem que o estatuto dos afixos e o local de combinação na estrutura sintática não são interdependentes, pois morfemas que se comportam como núcleos ou modificadores podem ocupar diferentes posições nas estruturas. No entanto, há tendências em morfologia, as quais normalmente contribuem para a confusão sobre as características importantes para a definição do estatuto morfossintático de morfemas.

É importante chamar a atenção para um detalhe que nem sempre é explicitado pelas análises. Enquanto núcleos são comumente descritos como átomos em que ao menos informações categoriais podem ser encontradas, modificadores não são muito bem formalizados. Uma vez que a divisão entre núcleos categorizadores e outros tipos de núcleo funcionais (como o núcleo Num, de número, na projeção estendida dos nomes) importa para a computação sintática, seria o caso de considerarmos os diminutivos que se comportam como modificadores como um desses núcleos de projeção estendida? Um argumento para não seguirmos com essa análise se baseia no fato de os diminutivos não serem considerados obrigatórios translinguisticamente, assim como não influenciam processos de concordância, de forma geral. Como os dados em (10) mostram, não há concordância de qualquer tipo com o diminutivo, assim como ele não é obrigatório.

(10) Não obrigatoriedade de diminutivos no PB

a. A criança bonita ganhou uma casa de brinquedo.
b. A **criancinha** bonita ganhou uma **casinha** de brinquedo.
c. A criança **bonitinha** ganhou uma **casinha** de brinquedo.
d. A criança bonita ganhou uma **casinha** de brinquedo.

A literatura mais recente tem considerado outros tipos de caracterização desses morfemas. Lowenstamm (2014), atento às questões de categoria que envolvem os

podem, potencialmente, ser realizadas como todas as categorias disponíveis para uma língua, ainda que na prática isso não aconteça.

afixos derivacionais, propõe que afixos são raízes.[8] O autor defende a ideia de que, uma vez que há afixos que não são exclusivos a uma única categoria, o que acontece é a concatenação de um núcleo categorizador acima de um conjunto de raízes complexas. Por exemplo, em PB, **-eir-** pode formar tanto nomes quanto adjetivos (ver (11)). Para o autor, o que diferencia o que comumente é entendido como uma raiz (como √GAT, na formação de **gato**) das raízes que realizam afixos (como √EIR, na formação de **barbeiro**) é a presença de um traço não interpretável [u√], o qual necessita de um complemento para ser checado. Raízes presas, como √EIR, apresentam o traço [u√], enquanto raízes livres, como √GAT, não o apresentam.

(11) Derivação por **-eir-** em PB

a. Nome → nome

limão$_n$	limo**eiro**$_n$
pedra$_n$	pedr**eiro**$_{n/a}$

b. Adjetivo → adjetivo

caro$_a$	car**eiro**$_a$
barato$_a$	barat**eiro**$_a$

c. Nome → adjetivo

bola$_n$	bol**eiro**$_a$
verdade$_n$	verdad**eiro**$_a$

Uma análise como a de Lowenstamm (2014) esbarra nos mesmos problemas que a análise de Wiltschko e Steriopolo (2007) para o diminutivo do halkomelem: uma vez que raízes são sintaticamente inertes, não podem projetar, de modo que o rótulo da concatenação entre raízes não pode ser definido.[9] Apesar disso, a ideia de que afixos podem ser raízes também aparece em Creemers *et al.* (2018). Também guiados pela flexibilidade categorial de alguns afixos, os autores propõem que aqueles que são flexíveis são raízes, enquanto os que têm categoria fixa são núcleos.[10]

Creemers *et al.* (2018) também partem da intuição enunciada em Wiltschko e Steriopolo (2007) de que, além do estatuto morfossintático, o local de concatenação na

[8] Para uma discussão semelhante, ver De Belder (2011).
[9] Porque adoto a visão de categorização de raízes de Embick e Noyer (2007), assumo que o rótulo da concatenação entre raízes não pode ser definido, porém Lowenstamm (2014) propõe que o resultado da concatenação é √P.
[10] O espírito da análise é baseado na descrição de afixos lexicais e funcionais de Harley e Noyer (1999).

estrutura sintática é importante para o entendimento do funcionamento de afixos. Enquanto alguns afixos devem ser concatenados diretamente à raiz, outros se concatenam a estruturas já categorizadas. Para os autores, isso se traduz em uma tipologia em níveis para os afixos: enquanto afixos de nível Ia são lexicais, os afixos de níveis Ib e II são funcionais; enquanto os de nível I se concatenam à primeira fase (Embick, 2010), os de nível II se concatenam acima desse domínio.

A literatura mais recente tem modificado algumas das intuições apresentadas até aqui no sentido de uma proposta em que núcleos são complexos. Por exemplo, Gouskova e Bobaljik (2022) propõem uma decomposição do morfema -**onok**, do russo, em um componente categorial e um componente lexical. Para os autores, as diferentes leituras que -**onok** pode adquirir são um reflexo da posição que o morfema ocupa, da quantidade de informação categorial contida nele e da relação que ele estabelece com a estrutura: quando núcleo, -**onok** fornece categoria, traços de gênero e classe à estrutura, além de ter sua semântica original de 'filhote de x' preservada; quando um modificador, -**onok** é apenas um elemento lexical cuja semântica é suficientemente "descolorida" para o significado de avaliação. Não farei uma avaliação profunda sobre essa proposta, porém a proposta de um "elemento lexical" modificador da estrutura sintática em oposição a um núcleo complexo torna ainda mais difícil a discussão sobre os critérios de caracterização de núcleos.[11]

Com base na revisão delineada acima, é possível dizer que o estatuto morfossintático de morfemas derivacionais tem recebido diversos tratamentos na literatura, em especial os morfemas que realizam diminutivos. A próxima subseção demonstra que, quando aplicamos alguns dos critérios da literatura ao morfema de diminutivo -**inh**-, do PB, um grande quebra-cabeças é revelado, pois ele não se conforma a quase nenhum dos diagnósticos citados para a definição de núcleo categorizador.

1.1 Diminutivos do PB

Os diminutivos do PB são caracterizados tanto por suas possibilidades semânticas e/ou pragmáticas quanto por seu comportamento morfossintático característico. Por exemplo, enquanto alguns usos são claramente avaliativos, outros

[11] Para uma comparação entre os diminutivos do português e do russo, ver Costa e Scher (em preparação).

apelam para o conhecimento de mundo dos falantes da língua e requerem interpretações idiossincráticas.

(12) Leituras avaliativas e idiossincráticas dos diminutivos do PB

a. Avaliação
   i. Minha **filhinha** já está com 15 anos.
   ii. Meu **cachorrinho** pesa 45 kg.
   iii. Ela me mostrou a **casinha** de 1000 m² da família dela.

b. Idiossincrasia
   i. As crianças jogam **amarelinha** depois da escola.
   ii. O primeiro lar deles foi um **puxadinho,** feito nos fundos da casa.
   iii. A **raspadinha** do calçadão faz a alegria das crianças.

Nos exemplos avaliativos de (12), é claro que as formas diminutivas dos referentes **filha**, **cachorro** e **casa** não estão relacionadas à interpretação de pequenez ou diminuição de propriedades: na verdade, o diminutivo marca a atitude de um falante sobre o referente, seja de afeição, ironia ou pejoratividade. Por outro lado, a interpretação dos exemplos idiossincráticos, além de não remeter a qualquer tipo de diminuição de propriedades, também não recorre à interpretação avaliativa: é necessário ser um falante proficiente da língua para saber que **amarelinha** é um jogo, que **puxadinho** é uma obra malfeita e que **raspadinha** é um tipo de refresco.

A disponibilidade dessas leituras às vezes se confunde com a noção de transparência morfológica. Por um lado, todas as formas diminutivas nos exemplos em (12) são transparentes, ou seja, é possível distinguir entre a raiz e o morfema de diminutivo. Por outro, apenas as que apresentam leitura avaliativa são semanticamente composicionais, pois além da intepretação de avaliação mencionada, também é possível identificar a contribuição semântica da raiz e do morfema de diminutivo para a formação. No caso dos exemplos idiossincráticos, não há composicionalidade semântica porque, apesar da transparência morfológica, o significado é imprevisível a partir das partes das palavras.[12]

As características morfossintáticas dos diminutivos chamam a atenção devido tanto à flexibilidade categorial do morfema **-inh-** no PB quanto à sua passividade em relação a informações formais sintaticamente relevantes. O fato de que diminutivos

[12] Ver discussão pormenorizada em Bassani e Costa (2024).

não impõem concordância diminutiva, por exemplo, mostra que, apesar de muito importantes para a semântica, eles não devem ser sintaticamente relevantes. Contribui para essa intuição o fato de **-inh-** não formar diminutivos de apenas um gênero: relembre que um dos diagnósticos de núcleo é a imposição de gênero gramatical. Nos exemplos em (13), o gênero não é alterado na forma diminutiva em comparação com a forma não diminutiva.

(13) Gênero nos diminutivos do PB

a. $\text{menina}_{\text{fem}}$ $\text{menininha}_{\text{fem}}$
b. $\text{menino}_{\text{masc}}$ $\text{menininho}_{\text{masc}}$
c. mesa_{fem} $\text{mesinha}_{\text{fem}}$
d. $\text{copo}_{\text{masc}}$ $\text{copinho}_{\text{masc}}$
e. $\text{pente}_{\text{masc}}$ $\text{pentinho}_{\text{masc}}$

Um dos diagnósticos utilizados por Wiltschko e Steriopolo (2007) para determinar que o morfema **-chen**, do alemão, é um núcleo, é o fato de que ele altera a propriedade massiva de alguns nomes da língua para contável. Esse efeito também ocorre para os diminutivos do PB, porém a relevância desse critério para a definição de núcleos categoriais não é clara. Por um lado, se essa propriedade for associada simplesmente à semântica da raiz, então o núcleo categorizador nada tem a ver com ela. Por outro, se essa for uma propriedade associada ao núcleo categorizador, é necessário apresentar evidências de que a morfologia derivacional do PB, que não a de diminutivo, faz algum tipo de seleção semântica entre raízes que podem formar nomes massivos ou contáveis, sendo assim possível distinguir entre morfemas que têm ou não propriedades de núcleo com base nessa propriedade. Uma vez que não é o foco da presente discussão debater esse tipo de questão, apresento alguns dados que mostram que o diminutivo do PB se comporta como o do alemão em relação à formação de diminutivos contáveis a partir de nomes massivos e deixo o esclarecimento dessa propriedade como nota promissória.

(14) Nomes massivos e diminutivos contáveis

a. água uma aguinha, duas aguinhas
b. areia uma areinha, duas areinhas
c. vinho um vinhozinho, dois vinhozinhos

d. dinheiro um dinheirinho, dois dinheirinhos

Com base nas discussões apresentadas ao longo dessa seção, é possível dizer que o morfema -**inh**- não tem as propriedades clássicas de um núcleo categorial. Nomeadamente, -**inh**- não impõe categoria morfossintática ou propriedades formais nas formas diminutivas em comparação com as formas não diminutivas. Por esses critérios, esse morfema poderia ser classificado como uma raiz ou como modificador/adjunto de estruturas a depender da proposta adotada. No entanto, como foi notado anteriormente, a definição de o que é um elemento modificador não é clara na literatura de formação de palavras, de forma que essa não é uma caracterização que pode ser adotada sem reservas. Do mesmo modo, assumir que -**inh**- é a realização de uma raiz significa adotar uma versão de derivação de palavras em que (i) sempre há um processo de composição, em que duas raízes são categorizadas e depois relacionadas por um processo de modificação (cf. Costa e Minussi, 2019) ou (ii) de que mais de uma raiz pode ser associada a um mesmo categorizador na derivação de uma mesma forma (cf. Gouskova; Bobaljik, 2022).

Desse modo, com o intuito de evitar uma definição sem motivações explícitas, proponho, na seção 3, uma análise para -**inh**- que o caracteriza como um núcleo que não porta todas as informações necessárias para a formação dos diminutivos e por isso é dependente das informações sintáticas de outros núcleos na estrutura.

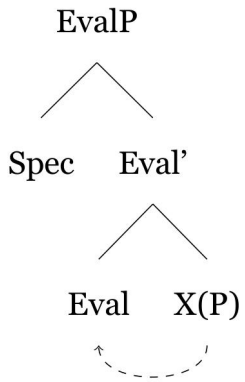
Antes disso, apresento uma outra perspectiva que tem sido assumida na literatura para o tratamento dos morfemas de diminutivo: como expoentes de morfemas Eval (do inglês, **evaluative** 'avaliativo'). Na próxima seção, revisito rapidamente algumas das propostas na literatura que defendem esse tipo de tratamento para os diminutivos tanto do espanhol quanto do PB e retomo as discussões da presente seção para justificar os benefícios de assumirmos uma abordagem que distingue o que é sintaticamente relevante, e por isso contextualmente interpretado, do que é informação pragmaticamente determinada.

2. Os avaliativos na literatura do PB

Prieto (2005) adota uma perspectiva sintática de formação de palavras afeita a alguns dos pressupostos teóricos da Morfologia Distribuída para explicar o funcionamento dos morfemas avaliativos do espanhol. Apesar de não ser esse o foco

de sua análise, o autor se utiliza de expedientes sintáticos para sugerir que os morfemas avaliativos são sintagmas funcionais como DegP (do inglês, **degree** 'grau').[13] Nessa proposta, a "função avaliativa" (Prieto, 2005, p 38) dos morfemas avaliativos do espanhol é um resultado da incorporação de um núcleo Eval às diversas categorias que permitem a formação de avaliativos, como é o caso de NPs, APs, AdvPs ou VPs nessa língua.

(15) Núcleo Eval do espanhol (adaptado de Prieto, 2005: 38)



Como representado na estrutura em (15), Prieto (2005) propõe que o núcleo X(P) é adjungido à esquerda ao núcleo Eval. X(P) pode ser substituído por qualquer categoria que forme avaliativos na língua e Eval se realiza como qualquer um dos morfemas avaliativos disponíveis, como **-ito**, **-ote** e **-isimo**.

Por esse curto resumo, fica claro que a preocupação do autor com a proposta de um núcleo Eval é explicar uma "semântica avaliativa" nos dados, apesar de não haver motivações de ordem sintática ou morfológica que justifiquem esse núcleo. Como mencionado anteriormente, um dos critérios importantes para a proposição de um núcleo sintático é a relevância dele para a Sintaxe. Uma vez que um núcleo como o Eval proposto em Prieto (2005) é apenas relevante para a interpretação, a presença dele como um núcleo na Sintaxe não se justifica. A proposta que apresento em seguida, ainda bastante guiada por motivações semânticas, justifica a presença de um núcleo Eval na Sintaxe por meio da relação que esse núcleo estabelece com a definição da vogal de classe formal. Essa proposta, no entanto, também não é sem problemas.

Para o PB, Scher (2018) desenvolve uma análise para as Formas Nominais Truncadas (FNTs) segundo a qual um morfema Eval é o que desencadeia a inserção

[13] O autor se baseia em Abney (1987), Corver (1997) e Rijkhoek (1998) para essa proposta.

das vogais de classe formal e a leitura apreciativa associada a algumas das FNTs. É o caso, por exemplo, dos três subtipos das FNTs do tipo C:

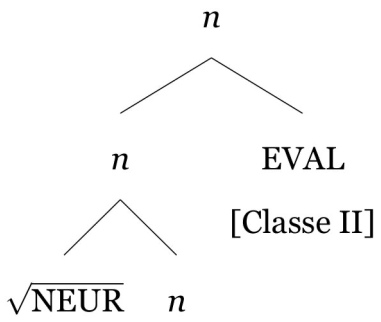
(16) FNTs do tipo C em Scher (2018: 41-43)

a.	legas	legal	C1
b.	churras	churrasco	C1
c.	bob(i)s	bobeira	C2
d.	mam(i)s	mamãe/mãe	C2
e.	fri-ac-a	friagem	C3
f.	band-ec-o	bandeijão	C3

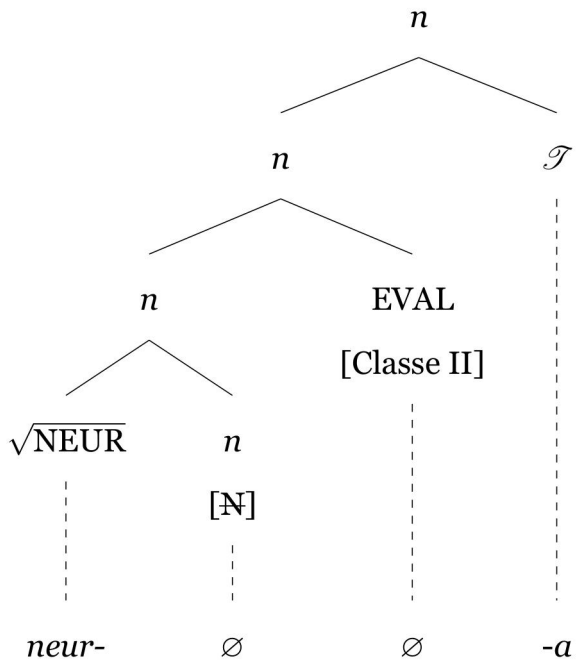
Em todos os casos de (16), a proposta da autora é a de que as diferentes raízes sejam categorizadas por um núcleo nominal e em seguida por um morfema Eval, uma categoria apreciativa que parece carregar um traço de [Classe II], o qual especifica a realização da vogal de classe quando da realização morfológica. Nesse caso, a autora argumenta que, em (17)b, antes da inserção de vocabulário, uma regra de empobrecimento nos moldes de Bonet (1991), representada em (18), apaga o traço [N] contido no categorizador *n* devido à presença do núcleo Eval.

(17) Derivação de neura em Scher (2018: 107)

a. Estrutura sintática



b. Estrutura morfológica



(18) Regra de empobrecimento em MS[14] (Scher, 2018: 108)
$_n$[N] → [~~N~~] em MS / [EVAL]

Por meio desses argumentos, a autora estabelece que, após o empobrecimento e o apagamento do traço [N] do categorizador ***n***, esse núcleo não pode mais receber a realização de qualquer tipo de nominalizador, o que causa o efeito fonológico de truncamento típico das FNTs.[15] Segundo essa proposta, nos casos do subtipo C3 de (16)e,(16)f, os quais apresentam expoentes realizados como -**ac**- e -**ec**-, o morfema Eval recebe realização fonológica, enquanto nos subtipos C1 e C2 isso não acontece. Essa diferença é capturada pela autora por meio da especificação, nos Itens de Vocabulário, das raízes com as quais o morfema Eval será realizado, como exemplificado abaixo para a inserção de -**ec**-.

[14] A autora utiliza a sigla MS em referência à Estrutura Morfológica (em inglês, **Morphological Structure**), que é caracterizada pela literatura em Morfologia Distribuída como o momento da derivação pós-sintática em que operações como empobrecimento, apagamento, fusão e fissão podem ocorrer antes de as informações das estruturas geradas pela sintaxe serem efetivamente interpretadas nas interfaces fonológica e lógica.
[15] No entanto, a autora ressalta que o traço [N] em *n* cumpre sua função na Sintaxe e categoriza a raiz.

(19) Itens de Vocabulário para Eval (Scher, 2018: 111)
/ec/ → [EVAL]/ [~~N~~], para [√BAND, √LOT, √MAN, √TRAV, etc...]

Como anteriormente anunciado, apesar de ter motivações de ordem formal para a proposta de um núcleo Eval na Sintaxe, a proposta de Scher (2018) abre espaço para um debate que pode ser enunciado da seguinte forma: uma vez que operações como o empobrecimento e o apagamento de nós terminais ocorrem entre a Sintaxe e as interfaces, qual seria a diferença, em uma proposta como a de Scher (2018), de propormos que o morfema Eval é, na verdade, pós-sintaticamente inserido?

Apresento um par de perguntas que podem ajudar a encaminhar essa discussão. De modo geral, a primeira pergunta que deve ser feita para uma proposta como essa é o que desencadearia a inserção pós-sintática do morfema Eval. Como vimos nos exemplos em (10), os morfemas que podem receber leituras avaliativas, como o diminutivo, não são obrigatórios na derivação. Dessa forma, diferentemente de uma proposta de inserção pós-sintática como a de Kramer (2015) para as vogais de classe formal do espanhol, em que a autora busca restringir a realização fonológica das vogais por meio da dependência contextual entre um nó temático e um núcleo de Número,[16] uma proposta de inserção pós-sintática de morfemas avaliativos não é justificada por nenhum requerimento do sistema da língua.

A segunda pergunta a ser feita é sobre a origem da intepretação avaliativa: ela é semântica, e por isso precisa estar disponível para a interface lógica quando da computação composicional da estrutura sintática; ou pragmática/estilística, e por isso é determinada pelo uso da língua por seus falantes?

Apesar de essa pergunta ser de caráter mais filosófico do que teórico, a divisão de tarefas entre o que cabe à Sintaxe e o que cabe às interfaces é importante para abordagens como a da Morfologia Distribuída. Se a primeira possibilidade for a escolhida, então é necessário supor que a interface lógica do modelo lida tanto com informações composicionais quanto com informações discursivamente contextuais, como é o caso da avaliação. Se a segunda possibilidade for a escolhida, por outro lado, então a interface lógica mantém sua capacidade de lidar com informações composicionais e algum outro mecanismo influencia na interpretação avaliativa das

[16] Kramer (2015) segue Oltra-Massuet e Arregi (2005) ao propor, para os dados do espanhol, que a realização de nós temáticos é contextualmente condicionada: se não estiverem adjacentes a Num, são exponenciadas pelo alomorfe nulo.

formas geradas pela Sintaxe e interpretadas composicionalmente pelas interfaces. Antes de voltar a essas considerações, que fazem parte da discussão da próxima seção, apresento uma última proposta para a morfologia avaliativa do PB.

Inspirados pelas análises de Prieto (2005) e Scher (2018), Scher e Marangoni Jr. (2020) apresentam argumentos para a defesa de um morfema avaliativo no repositório de traços morfossintáticos da arquitetura da gramática, o qual alimenta a Sintaxe. Para esses autores, esse morfema seria responsável por carregar informações relevantes tanto para a interface fonológica, no caso dos **blends**, quanto para a Estrutura Morfológica, no caso das FNTs. Além disso, segundo os autores, o morfema avaliativo também carregaria informações relevantes para a interface lógica, "[...] uma vez que estamos lidando com uma avaliação por parte do falante em relação a uma determinada estrutura complexa derivada sintaticamente" (Scher; Marangoni Jr., 2020: 4654).

A análise segue da seguinte forma: os autores retomam os argumentos em Scher (2018) e Marangoni Jr. (2020) para a existência de um morfema avaliativo na estrutura das FNTs e dos **blends** e utilizam a descrição das propriedades dos morfemas avaliativos em Scalise (1984) e Villalva (2000) (ver (20)) para corroborar a existência de morfologia avaliativa em FNTs e **blends**.

(20) Características dos morfemas avaliativos adaptadas de Scher e Marangoni Jr. (2020: 4639)[17]
   a. Mantêm a categoria sintática da base;
   b. Mantêm a estrutura argumental da base;
   c. Mantêm as propriedades morfossemânticas da base;
   d. Mantêm o valor de gênero da forma de base;
   e. Modificam a interpretação semântica da base;
   f. Podem coocorrer em posições adjacentes;
   g. Ocorrem à direita dos sufixos derivacionais;
   h. Precedem a flexão.

[17] Na nota de rodapé número 2, os autores explicam que as propriedades observadas são retomadas de Villalva (2000), que por sua vez adicionou as propriedades (20)c,(20)d às propriedades descritas em Scalise (1984). Por esse motivo, nos referimos às propriedades em (20) como de Scher e Marangoni Jr. (2020).

Uma vez que FNTs e **blends** apresentam quase todas as características descritas em (20), os autores as assumem como evidência de que há um morfema avaliativo na estrutura sintática dos fenômenos analisados. Em seguida, se utilizam das evidências translinguísticas apresentadas em Grandi e Körtvélyessy (2015) para sustentar a hipótese de um traço morfossintático avaliativo universal entre os primitivos da Gramática.[18]

Essa argumentação vem entrelaçada ao tipo de literatura discutida na seção 1 do presente trabalho, em que apresento as propostas para a caracterização morfossintática dos diminutivos do PB. No caso de Scher e Marangoni Jr. (2020), os autores ponderam sobre a descrição em Prieto (2005), em que o morfema avaliativo é tratado como um núcleo, e em Villalva (2000), em que é tratado como um adjunto. Os autores argumentam que, pelas características em (20), Eval se comporta como um adjunto, principalmente porque não altera a categoria morfossintática, a estrutura argumental, as propriedades morfossemânticas ou o valor de gênero das estruturas às quais se associa. Nessa proposta, na função de adjunto, Eval não tem acesso às informações formais das estruturas já categorizadas, mas pode alterar a interpretação dessas estruturas.

Apesar de também embasar as propostas do presente trabalho na literatura sobre o estatuto morfossintático dos morfemas avaliativos, não defendo as hipóteses de que (i) há uma relação direta entre a existência de um morfema Eval na derivação e a sua presença entre os primitivos da Gramática e de que (ii) os critérios em Scalise (1988), citados em (1), ou os apresentados em Scher e Marangoni Jr. (2020) são evidências da relevância sintática de um morfema Eval na estrutura de formação de FNTs, **blends** ou, por extensão, diminutivos. Na próxima seção, apresento minha argumentação em favor de uma análise que prioriza a descrição da morfossintaxe dos diminutivos e que os desassocia de uma interpretação avaliativa desde a Sintaxe.

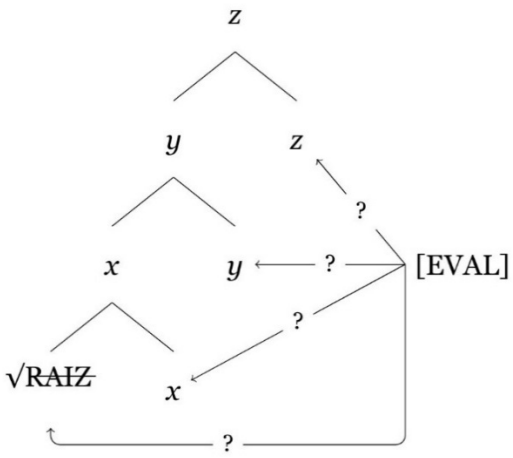
3. Uma proposta morfossintática

Como introduzido ao final da seção 1 deste trabalho, assumo uma proposta em que o diminutivo é o expoente de um núcleo que depende das informações sintáticas de outros núcleos da estrutura. Antes de explicitar o que isso quer dizer, no entanto,

[18] "Gramática", grafada com inicial maiúscula, corresponde ao construto teórico de um conjunto de regras que permite que os falantes compreendam e produzam uma língua natural.

volto rapidamente a algumas questões deixadas em aberto ao longo do artigo. A primeira delas se relaciona à possibilidade de assumirmos que núcleos Eval são pós-sintaticamente inseridos na estrutura, antes da interpretação nas interfaces, como um guia de como a interpretação semântica e/ou fonológica deve processar a estrutura. O primeiro problema que se impõe a essa proposta é o seguinte: diminutivos não são obrigatórios em qualquer estrutura sintática da língua, assim como nenhum processo ou afixo que leve à interpretação avaliativa o é. Assim, seria muito difícil motivar um contexto de reajuste em que um morfema ou até mesmo um traço [Eval] possa ser inserido na estrutura pós-sintaticamente.

(21) Inserção de Eval pós-sintático



Apesar disso, Marangoni Jr. (2021a) postula um traço dissociado [Eval], pós-sintaticamente inserido na estrutura, o qual:

> [...] representa a interface morfologia-semântica-pragmática propriamente dita: trata-se de um traço semântico-pragmático gramaticalmente relevante, uma vez que influencia na seleção do item de vocabulário que realiza fonologicamente a avaliação (Marangoni Jr., 2021b: 101).

Nessa citação, o autor afirma que [Eval] é gramaticalmente relevante porque influencia no funcionamento da interface fonológica, porém as operações que ocorrem após a Sintaxe não podem ter relevância gramatical, uma vez que são caracterizadas como reajustes à estrutura sintática requeridos pelo sistema da língua em questão. Desse modo, apesar de [Eval], como proposto pelo autor, ter relevância para as interfaces, ele não é de maneira alguma requerido pelo sistema da língua para a boa

formação de elementos de qualquer categoria morfossintática, de modo que sua postulação, seja como núcleo ou traço dissociado, não é justificada.

Relacionada a isso está a questão sobre a origem da intepretação avaliativa encontrada nos diminutivos. Em Marangoni Jr. (2021a,b), e na própria citação acima explicitada, a leitura avaliativa está relacionada a uma interface morfologia-semântica-pragmática. Por essa definição, fica claro que a leitura avaliativa não é originária de qualquer operação gramatical, de modo que, como anteriormente mencionado, a possibilidade de que resida na pragmática das línguas, ou seja, nos contextos social e linguisticamente determinados, é a mais provável. Por causa disso, é necessário separar o que é uma leitura semanticamente composicional de uma estrutura gerada pela Sintaxe de uma leitura pragmática, adquirida no uso da língua e, portanto, exterior à Gramática.

Assim, a segunda questão em aberto da qual gostaria de tratar aqui diz respeito à possibilidade de se considerar um núcleo Eval entre os primitivos da Gramática. Novamente, é necessário ter cautela na definição do que é gramaticalmente relevante e o que é apenas relevante para a interpretação. No caso da leitura avaliativa, não há contextos específicos na formação de palavras em que um elemento possa receber leitura avaliativa: é possível utilizar palavras morfologicamente simples, como **cabeça**,[19] para se referir a alguém sem que a leitura de avaliação precise estar impressa em sua estrutura sintática. Em comparação, em propostas de alossemia como a de Marantz (2013) e na explicitação das diferenças entre alossemia e leitura idiomática desenvolvida em Marantz e Myler (a sair), há limites estruturalmente definidos para o que envolve, por exemplo, a leitura polissêmica de raízes e a leitura idiomática de palavras ou de estruturas maiores.

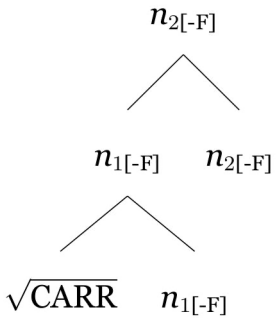
Considerando todas as questões acima dispostas, a análise que persigo não se baseia em descrições pragmáticas do diminutivo -**inh**-, apenas em seu comportamento morfossintático. A primeira proposta é a de que, apesar de não apresentar as características descritas na literatura para a identificação de núcleos, -**inh**- é um núcleo. A motivação para tal é menos descritiva e mais teoricamente informada, uma vez que uma das assunções da Morfologia Distribuída é a de que morfemas derivacionais são a realização de núcleos sintáticos. Nessa proposta, é necessário assumir que a relação entre um núcleo e seu expoente fonológico é mais livre do que a

[19] Por exemplo: "A diferença entre a Alice e a Isabela é que a Isabela é **cabeça** e a Alice continua perdida na vida".

literatura citada na seção 1 deste trabalho faz crer: assim como um mesmo núcleo pode ser realizado por vários morfemas, um mesmo morfema pode ser realizado por mais de um núcleo.[20] Como rapidamente mencionado na seção 1 (cf. (11)), assim como **-inh-**, **-eir-** pode participar da formação de mais de uma categoria morfossintática: pelo menos nomes e adjetivos. Assim, **-inh-** será descrito como um núcleo defectivo, que se associa a diferentes estruturas, mas que não impõe sua própria coleção de traços formais, pois os herda a partir da estrutura na qual é inserido.[21]

(22) Estruturas sintática e morfológica para o núcleo defectivo

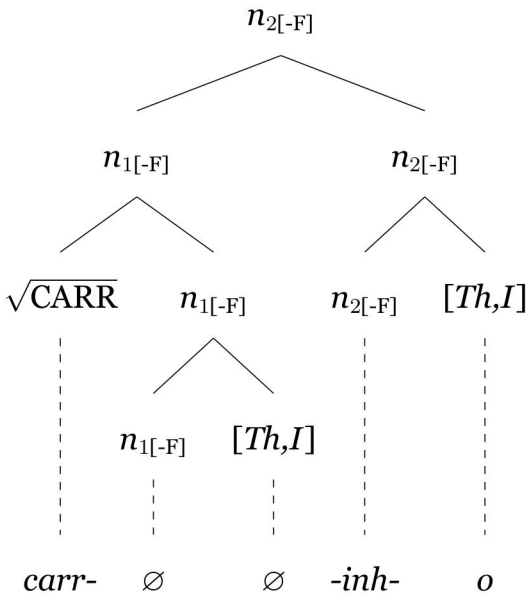
a. Estrutura sintática



[20] Essa é uma hipótese que ainda precisa ser mais bem fundamentada, porém a argumentação que trago a seguir parece indicar que esse caminho pode beneficiar não apenas a descrição de diminutivos, mas também a de outros morfemas derivacionais do PB.

[21] Armelin (2015) relaciona a disponibilidade de diminutivos e aumentativos em estruturas de diferentes categorias morfossintática à presença de traços nominais. Não vou me estender nessa análise, porém toda forma diminutiva necessita, pelo menos, de traços de gênero, ainda que não interpretável, e de um reajuste fonológico pós-sintático para a inserção de vogais de classe formal ao final da derivação (Kramer, 2015). Talvez o quebra-cabeças possa ser resolvido a partir dessas observações.

b. Estrutura morfológica



'carrinho'

Nessa proposta, -**inh**- é a realização do segundo núcleo a ser concatenado à estrutura. Uma vez que adoto a hipótese de que um mesmo afixo pode ser realizado por mais de um categorizador, o nominalizador na estrutura não significa que -**inh**- é a realização de um **n**, mas que ele se realiza dessa forma nessa estrutura em específico para a formação de 'carrinho'. Quando concatenado, o núcleo realizado por -**inh**- herda as informações formais do primeiro núcleo categorizador.[22] Pós-sintaticamente, ocorre a inserção de traços dissociados que serão depois interpretados fonologicamente como as vogais de classe formal e a estrutura segue para as interfaces para a inserção das regras codificadas nos Itens de Vocabulário e nas entradas enciclopédicas relevantes. Depois desse ponto, cabe a outros mecanismos, provavelmente a outros módulos cognitivos da mente, a interpretação de diminutivos como avaliativos, em uma atribuição de significado pragmaticamente condicionada que não cabe à análise morfossintática aqui desenvolvida descrever.

22 Um parecerista anônimo questiona quais seriam as restrições para que um núcleo específico fizesse o mesmo trabalho e quais as vantagens da organização que assumo. Por um lado, a proposta de um núcleo específico, como Dim, que não é formalmente requerido e que não desencadeia quaisquer operações formais, é pouco justificada. A comparação pode ser feita, por exemplo, com o núcleo Num, cujo estatuto como um núcleo independente de **n** é bem motivado pela literatura (Ritter, 1992), ao contrário de Dim. Por outro lado, a vantagem da proposta que busquei desenvolver é a de que não é necessário estipular núcleos sintáticos que têm relevância apenas para a interface semântica, de modo que a realização de -**inh**- como o núcleo **n** é tão acidental quanto a realização de qualquer outro afixo que nominaliza a estrutura.

Um possível ponto de dúvida sobre essa proposta diz respeito à possibilidade de -**inh**- funcionar como um modificador, uma cópia do primeiro núcleo categorizador, que recebe realização fonológica na interface fonológica. O primeiro problema que se impõe é a falta de uma definição clara sobre o primeiro núcleo nominal: se ele for, ao mesmo tempo, uma projeção mínima e máxima, então a modificação se justifica, uma vez que modificadores se adjungem sempre a projeções máximas. Não é fácil, no entanto, testar o estatuto sintagmático de núcleos nominais, ao contrário de núcleos verbais. Por exemplo, um diagnóstico comumente empregado pela literatura para a definição do estatuto sintagmático da projeção verbal em particípios é a modificação adverbial de modo: um particípio como **lavado** aceita modificação adverbial em contextos eventivos, mas não em contextos estativos.[23] Nesses casos, o verbalizador é sintagmático em contexto eventivo, mas não no estativo.[24]

A proposta que demonstro aqui, então, tenta evitar os problemas que a identificação de -**inh**- como um modificador pode encontrar. O principal objetivo dessa argumentação é deixar claro que o tratamento de dados como os diminutivos, as FNTs e os **blends** em um modelo sintático como o da Morfologia Distribuída não abre espaços para a inserção de informação pragmaticamente determinada, seja na própria estrutura sintática ou pós-sintaticamente, no caminho para as interfaces. Apesar de ainda precisar de refinamentos, minha análise leva em consideração apenas as ferramentas que o modelo teórico nos oferece, explicitando quais informações são relevantes para cada um dos componentes da estrutura da Gramática.

4. Considerações finais

Este artigo buscou propor uma análise de base morfossintática do morfema de diminutivo -**inh**- em oposição a uma abordagem avaliativa desse morfema. Com base em uma revisão de literatura sobre o estatuto morfossintático dos diminutivos e sobre as propostas de caracterização de morfemas avaliativos, procurei demonstrar que há desvantagens na adoção de uma abordagem que não a morfossintática para a descrição do funcionamento dos diminutivos do PB, uma vez que informações apenas

[23] Por exemplo: "Os pratos foram meticulosamente **lavados**" vs. "#Os pratos estão meticulosamente **lavados**". Emprego # porque o segundo exemplo pode ser aceito se o contexto de uso indicar que o evento de lavar produziu alguma evidência sobre a forma como os pratos foram lavados: por exemplo, os meticulosamente lavados têm um brilho mais intenso que os simplesmente lavados.
[24] Para discussões sobre a estrutura sintática de particípios do inglês, ver Biggs e Embick (2025). Para particípios do PB, ver Lopes e Biggs (2024).

pragmaticamente relevantes não têm estatuto gramatical e lugar em uma proposta sintática de formação de palavras.

Também busquei contribuir para a discussão da definição de núcleos no modelo teórico da Morfologia Distribuída, uma vez que a rigidez dos critérios citados pela literatura e a falta de clareza sobre o estatuto dos modificadores são complementarmente problemáticos para a caracterização não só dos diminutivos do PB, mas também de outros morfemas derivacionais da mesma língua. Resulta dessa discussão uma hipótese para a flexibilização do que pode ser considerado um núcleo: é possível que um mesmo morfema seja realizado por mais de um núcleo. Os refinamentos dessa hipótese, no entanto, ficam em nota promissória para trabalhos futuros.

Por fim, apesar de ter utilizado os diminutivos como um estudo de caso para os propósitos deste trabalho, é possível que as propostas aqui descritas sirvam para o tratamento de outros dados do PB tradicionalmente conhecidos pelo rótulo de "morfologia avaliativa", como as FNTs e os blends, citados ao longo do trabalho, e os aumentativos, desde que adaptações sejam feitas para as questões particulares a cada um desses fenômenos.

Palavras para Ana Scher

Conheci a professora Ana Scher muito antes de encontrá-la pessoalmente, por meio das histórias que meus orientadores de mestrado Rafael Minussi e Indaiá Bassani contavam. Quando, finalmente, a encontrei, recebi um abraço carinhoso e o acolhimento de que sempre ouvi falar. Ter o privilégio de ser orientada pela Ana Scher é, também, aprender a carregar um pouco da afetividade dela para o fazer científico. No meu caso, a afetividade apenas não foi convertida em morfema avaliativo! Mas foi por meio das propostas dela e dos pesquisadores orientados por ela que meu interesse sobre a interface entre a morfologia e a semântica cresceu e virou tema de pesquisa. Ler sobre as nominalizações e os truncamentos da Ana Scher trouxe inquietações e reflexões importantes que culminaram no presente trabalho: apesar de tomar um caminho diferente do adotado por ela, é necessário reconhecer que, sem a generosidade intelectual da Ana Scher e o tratamento cuidadoso dos dados do português do Brasil, o percurso teria sido muito mais difícil. Com essa

contribuiçãozinha ao problemão da morfologia avaliativa, celebro a Ana Paula Scher, que é minha inspiração como mulher, pesquisadora e professora.

Agradecimentos

Agradeço aos professores Vitor Nóbrega, Paula Armelin e Indaiá Bassani pela organização desse volume e aos dois pareceristas anônimos que avaliaram esse artigo. Quaisquer equívocos e incongruências são de minha total responsabilidade. Agradeço aos meus colegas do Grupo de Estudos em Morfologia Distribuída e ao Fernando Valls Yoshida pelas trocas e comentários às várias formas que esse texto já tomou. O presente trabalho foi realizado com apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), Brasil. Processo nº 2023/13132-4.

Referências Bibliográficas

ABNEY, Steven. *The English NP in its sentential aspect*. 1987. Tese de Doutorado. Massachusetts Institute of Technology, 1987.

ARMELIN, Paula Roberta Gabbai. *A Relação entre Gênero e Morfologia Avaliativa nos Nominais do Português Brasileiro: Uma abordagem sintática da formação de palavras*. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

BASSANI, Indaiá de Santana; COSTA, Marcela Nunes. Indicativos linguísticos para aferir composicionalidade semântica em palavras complexas: Linguistic indicators to assess semantic compositionality in complex words. *Revista do GEL, [S. l.]*, v. 21, n. 1, p. 11–35, 2024. DOI: 10.21165/gel.v21i1.3713. Disponível em: https://revistas.gel.org.br/rg/article/view/3713. Acesso em: 12 mar. 2026.

BENZ, Johanna. Structure and interpretation across categories. 2025. Tese de Doutorado. University of Pennsylvania, Linguistics Department, 2025. Disponível em: https://repository.upenn.edu/server/api/core/bitstreams/670a0ad8-2c18-4f51-942d-e9a73f0f624a/content. Acesso em: 12 mar. 2026.

BIGGS, Alison; EMBICK, David. *English (stative) passive participles: Category, argument introduction, and interpretation* [Talk presented at 2024 NELS 55 Annual Conference, Yale University], 2025.

BISOL, Leda. O diminutivo e suas demandas. *DELTA: Documentação e Estudos em Linguística Teórica e Aplicada*, *[S. l.]*, v. 26, n. 1, 2010. Disponível em:

https://revistas.pucsp.br/index.php/delta/article/view/19967. Acesso em: 12 mar. 2026.

BONET, Eulàlia. Morphology after syntax: pronominal clitics in Romance. 1991. Tese (Doutorado em Filosofia) – Department of Linguistics and Philosophy, Massachusetts Institute of Technology, Cambridge, MA, 1991.

CORVER, Norbert. Much-support as a last resort. *Linguistic inquiry*, p. 119-164, 1997.

CORVER, Norbet; TATSUMI, Yuta. Number names: Internal structure and morphological marking. *In:* ACKEMA, P.; BENDJABALLAH, S.; BONET, E.; FÁBREGAS, A. (eds.). The Wiley Blackwell Companion to Morphology. Malden, MA: Wiley-Blackwell, 2023.

COSTA, Marcela Nunes; MINUSSI, Rafael Dias. Morfologia Avaliativa: o estatuto independente de -inh e -zinh no Português Brasileiro, composição e pejoratividade. *Entrepalavras*, [S.l.], v. 9, n. 2, p. 154-172, 2019.

COSTA, Marcela Nunes; SCHER, Ana Paula. *O estatuto estrutural dos diminutivos do russo e do português brasileiro* [título provisório]. Em preparação.

CREEMERS, Ava; DON, Jan; FENGER, Paula. Some affixes are roots, others are heads. *Natural Language & Linguistic Theory*, v. 36, 2018.

DE BELDER, Marijke. Roots and affixes: eliminating lexical categories from syntax. Ph.D. Thesis. Utrecht University, 2011. Disponível em: https://dspace.library.uu.nl/handle/1874/208644. Acesso em: 12 mar. 2026.

EMBICK, David. *Localism Versus Globalism in Morphology and Phonology*. Cambridge, MA: The MIT Press, 2010.

EMBICK, David; NOYER, Rolf. Distributed Morphology and the Syntax—Morphology Interface. *In:* RAMCHAND, G.; REISS, C. (eds.). *The Oxford Handbook of Linguistic Interfaces*. Oxford: Oxford University Press, 2007.

GOUSKOVA, Maria; BOBALJIK, Jonathan. The lexical core of a complex functional affix: Russian baby-diminutive -onok. *Natural Language and Linguistic Theory*, 40:4, p. 1075-1115, 2022.

GRANDI, Nicola; KÖRTVÉLYESSY, Lívia. *Edinburgh Handbook of Evaluative Morphology*, Edinburgh: Edinburgh University Press, 2015.

GRANDI, Nicola; KÖRTVÉLYESSY, Lívia. Introduction: why evaluative morphology? *In:* GRANDI, Nicola; KÖRTVÉLYESSY, Lívia. (ed.). *Edinburgh Handbook of Evaluative Morphology*, Edinburgh: Edinburgh University Press, p. 3-20, 2015.

HALLE, Morris; MARANTZ, Alec. Distributed Morphology and the pieces of inflection. *In:* HALE, K.; KEYSER, S. J. (eds.). *The view from Building 20*. Cambridge, MA: The MIT Press, p. 111-176, 1993.

HARLEY, Heidi; NOYER, Rolf. Distributed morphology. *Glot international*, v. 4, n. 4, p. 3-9, 1999.

KÖRTVÉLYESSY, Lívia. *Evaluative morphology from a cross-linguistic perspective*. New Castle upon Tyne: Cambridge Scholars Publishing, 2015.

KRAMER, Ruth. *The Morphosyntax of Gender*. Oxford: Oxford University Press, 2015.

LOPES, Braulio; BIGGS, Alison. The syntax of stative participles in Brazilian Portuguese. *Proceedings of the 2024 annual conference of the Canadian Linguistic Association*, 2024.

LOWENSTAMM, Jean. Derivational affixes as roots: Phasal spell-out meets English stress shift. *In:* ALEXIADOU, A.; BORER, H.; SCÄFER, F. (eds.). *The syntax of roots and the roots of syntax*. Oxford: Oxford University Press, 2014.

MARANGONI JUNIOR, César Elidio. *A blendtividade na formação de palavras*: a derivação dos blends na interface entre morfologia, fonologia e pragmática. Dissertação de Mestrado. Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, 2021a. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8139/tde-18062021-182351/en.php. Acesso em: 12 mar. 2026.

MARANGONI JUNIOR, César Elidio. *A interface sintaxe-fonologia no caso dos blends*: argumentos para uma morfologia concatenativa. 2020. Relatório de qualificação de Mestrado. Programa de Pós-graduação em Semiótica e Linguística Geral, Departamento de Linguística, Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, 2020.

MARANGONI JUNIOR, César Elidio. Morfologia Avaliativa em Morfologia Distribuída. *Caderno de Squibs: Temas em estudos formais da linguagem*, v. 7, n. 2, p. 94-110, 2021b. Disponível em: https://periodicos.unb.br/index.php/cs/article/view/41078. Acesso em: 12 mar. 2026.

MARANTZ, Alec. Locality domains for contextual allomorphy across the interfaces. *In:* MATUSHANSKY, Ora; MARANTZ, Alec. (Eds.) *Distributed Morphology Today*: Morphemes for Morris Halle. Cambridge, MA: The MIT Press, p. 95-115, 2013.

MARANTZ, Alec. Words and Things. Manuscrito. NYU, 2001.

MARANTZ, Alec; MYLER, Neil. Contextual allosemy. *The Cambridge handbook of Distributed Morphology*, v. 2, a sair.

OLTRA-MASSUET, Isabel; ARREGI, Karlos. Stress-by-structure in Spanish. *Linguistic Inquiry*, v. 36, p. 43–84, 2005.

PRIETO, Victor Moises. *Spanish evaluative morphology: pragmatic, sociolinguistic, and semantic issues*. 2005. 281 p. Tese de Doutorado. Universidade da Flórida, 2005.

RIJKHOEK, Paulien. *On degree phrases and result clauses*. Tese de Doutorado. Groningen University, 1998.

RITTER, Elizabeth. Cross-linguistic Evidence for Number Phrase. *Canadian Journal of Linguistics,* v. 37, p. 197–218, 1992.

SCALISE, Sergio. *Generative morphology*. Dordrecht: Foris, 1984.

SCALISE, Sergio. The notion of 'head' in morphology. *In:* BOOIJ, Geert & van Marle, Jaap van. (eds.), *Yearbook of morphology*. Dordrecht: Foris, 229-245, 1988.

SCHER, Ana Paula. *Por menos morfologia não concatenativa*: uma análise localista para as formas nominais truncadas no português brasileiro. 2018. Tese de Livre Docência. Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Sociais, 2018.

SCHER, Ana Paula; MARANGONI JUNIOR, César Elidio. Novas evidências em favor de um morfema avaliativo – [Eval]: formas nominais truncadas e blends em português brasileiro. *Fórum Lingüístico*, Florianópolis, v.17, número especial, p. 4636 - 4657, 2020.

STUMP, Gregory. How peculiar is evaluative morphology? *Journal of Linguistics*, v. 29, n. 1, p. 1–36, 1993.

VILLALVA, Alina. *Estruturas morfológicas:* unidades e hierarquia do Português. Lisboa: FCT, 2000.

WILTSCHKO, Martina; STERIOPOLO, Olga. Parameters of variation in the syntax of diminutives. *In:* RADISIC, M. (ed.). *Proceedings of the 2007 Canadian Linguistics Association Annual Conference*. 2007.